



## O método comparativo na pesquisa de Políticas de Comunicação<sup>1</sup>

Elen Geraldês<sup>2</sup>

Janara Sousa<sup>3</sup>

Universidade de Brasília, Brasília, DF

### RESUMO

O artigo analisa os motivos pelos quais o método comparativo adquire importância na pesquisa de Políticas de Comunicação, atribuindo seu sucesso à necessidade de se responder, com eficácia, às demandas sociais, e à insegurança de muitos pesquisadores, que têm de lidar com conceitos distantes de sua área de formação. Apresenta os benefícios da comparação em “iluminar” aspectos não percebidos isoladamente e em fortalecer hipóteses. Mostra a crise de legitimidade do método, resumida no debate sobre a sua viabilidade e a sua oportunidade. Por fim, aponta o risco de se cair nas descrições exageradas, que pode ser superado pela utilização de um referencial teórico bem construído e pela busca de interpretações que também considerem os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos envolvidos nas Políticas de Comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação; políticas de comunicação; método comparativo.

### Introdução

No princípio, as pesquisas sobre Comunicação e Política e Políticas de Comunicação eram muito próximas. No Brasil, a segunda era uma extensão ou decorrência da primeira. Estudava-se, sobretudo, como os meios de comunicação reforçavam o *status quo*, mantinham a sociedade conformada ou alienada, e compactuavam com os regimes autoritários, principalmente durante a Ditadura Militar de 1964. Frequentemente, esses estudos utilizavam a análise discursiva para enxergar as estratégias utilizadas pelo Poder para se afirmar/reafirmar, e tinham cunho microssociológico, por tomarem como objeto produtos ou processos comunicacionais considerados separadamente. Caparelli (2010)

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> **Elen Geraldês** é jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é professora do curso de Comunicação Organizacional, da Faculdade de Comunicação, da UnB, uma das coordenadoras do Laboratório de Políticas de Comunicação – LAPCOM, também da UnB, e editora-adjunta da Revista Brasileira de Políticas de Comunicação. E-mail: [elenger@ig.com.br](mailto:elenger@ig.com.br)

<sup>3</sup> **Janara Sousa** é jornalista e mestre em Comunicação, pela Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal. Fez doutorado em Sociologia, também pela UnB, e estágio sanduíche na Universitat de Barcelona, Espanha. Atualmente, é professora do curso de Comunicação Organizacional, da Faculdade de Comunicação, da UnB. E-mail: [janara.sousa@gmail.com](mailto:janara.sousa@gmail.com)



assinala o momento de hegemonia dos estudos sobre Políticas de Comunicação, em relação aos de Comunicação e Política, no período de redemocratização da sociedade brasileira, na década de 80. A universidade brasileira identificava, então, espaços de intervenção e brechas que possibilitariam a transformação da legislação na área e passava a atuar em parceria com os movimentos sociais em defesa da democratização dos meios de comunicação.

Os marcos regulatórios e a tentativa de compreender as novas tecnologias e suas necessidades de regulamentação tornaram-se temas basilares para os estudos de Políticas de Comunicação. E esses temas exigem, frequentemente, uma formação complementar dos pesquisadores. Por exemplo, os engenheiros devem saber Comunicação, os comunicadores, Engenharia, e todos devem mergulhar no Direito. Além dessas leituras complementares, recorre-se à comparação para apontar tendências, alternativas, impasses. Autores como Sartori (2011) assinalam a importância do método comparativo para a área, mas não discorrem sobre como esse método impregna os estudos, trazendo riscos e possibilidades, exigindo cuidados, reforçando ou não seu estatuto científico diante de temas tão permeados pela militância.

Pesquisar Políticas de Comunicação parece implicar, muitas vezes, a opção por um saber militante, construído na luta contra o monopólio da Comunicação, em embate com os donos da mídia, envolto por uma orientação marxista. Ora, justamente as características desse saber podem gerar uma crise de legitimação da pesquisa na área, por ferirem alguns princípios ou critérios importantes na tradição científica, como a busca do distanciamento, a construção do estranhamento e a diferenciação do senso comum. Reforçar a metodologia é tentar resgatar a relevância acadêmica dessa pesquisa, já que a relevância social é bastante nítida.

Mas falar de método na pesquisa em Comunicação nem sempre é fácil. Há um predomínio da Teoria, como se pesquisar fosse simplesmente escolher, apresentar, testar teorias. Podem ser muitas ou poucas, algumas são reconhecidas internacionalmente, outras ainda são emergentes, mas as teorias parecem ser as donas da festa. Os métodos surgem como convidados de última hora, cuja presença não é desejável, apenas necessária por formalidade e tradição. As pesquisas em Comunicação frequentemente apenas toleram o método e são marcadas por um desleixo, um descuido e uma pressa na elaboração das estratégias metodológicas:



Nada obstante, abriu-se uma lacuna entre os esforços do campo pistemológico e metodológico, na medida em que o primeiro avança nas discussões e sedimenta conclusões importantes e o segundo se estagna nos locais seguros dos clássicos procedimentos metodológicos, via de regra tomadas emprestados de outras áreas, como: a Sociologia, a Linguística e a Psicologia (SOUSA e GERALDES, 2009, p. 3).

Neste artigo, mergulhamos no método comparativo, amplamente utilizado nos estudos de Políticas de Comunicação, observamos seus limites e possibilidades, suas contribuições, seus riscos. Enfim, abordamos uma opção metodológica por considerarmos que é salutar, ao tema, a busca pelo rigor e pela legitimidade científica que passam, sem dúvida, pelo método. Mas, antes, temos de entender o que envolve a “escolha do método”.

### **Questão de gosto?**

Três critérios costumam levar o pesquisador a escolher o método a ser adotado no trabalho científico. O primeiro deles é a tradição na qual esse pesquisador se insere. Se concordarmos com Bourdieu (2004) que a Ciência é um espaço de filiação, de lealdade e de pertencimento de pesquisadores ligados a uma corrente de pensamento científico, em disputa contínua entre si, mas também com os de outra linha, selecionar um método não é banal ou corriqueiro. Trata-se de uma escolha consciente que revela o envolvimento com um grupo ou com uma ala de membros de um grupo e uma rejeição - ostensiva ou velada - a outra vertente. O método envolve uma contagem de pontos na disputa de pares contra pares.

Outro aspecto a ser considerado na escolha do método é a sua “adesão” ao objeto. Tornou-se um lugar comum afirmar que o objeto pede um método que consiga apreendê-lo, ou minimamente envolvê-lo, como se ele fosse o sapato de cristal da Cinderela, do qual apenas uma moça, a mais bela, pode reivindicar a posse. Apesar dessa crença do método ideal fazer parte do ethos de formação de muitos pesquisadores em muitas áreas, nem sempre é assim. Frequentemente muitos métodos podem contemplar as demandas de muitos objetos, como há vários caminhos para se chegar a um destino, embora, por motivos de comodidade e economia de tempo e de recursos, a adoção de um pareça ser mais lógica do que a de outros. Porém, como acontece com a questão do quadro teórico de referência, dificilmente um único caminho estará pronto, acabado e disposto a atender às demandas do pesquisador ansioso por não deixar sua zona de conforto. O método é também uma construção e a estratégia metodológica



exige consciência e criatividade do investigador que conhece bem os objetivos da sua pesquisa.

Outro fator fundamental costuma ser a identificação do pesquisador com aquele método, a sua facilidade em utilizá-lo, a confiança em sua eficiência e eficácia. A familiaridade do pesquisador com essa ou aquela metodologia insere-se também na tradição à qual ele se filia e à percepção do sujeito da pesquisa sobre o diálogo entre método e objeto, mas não é só isso. Tem muito a ver, também, com afinidade e gosto.

A escolha do método pode definir os rumos de uma pesquisa e sua exequibilidade. Muito mais que considerar o método certo ou errôneo, é possível classificá-lo como facilitador ou não do trabalho, como um ator que contribui para o surgimento de novas questões ou para a deflagração de um ponto final no movimento de pesquisa. O método marca, viabiliza e legitima um estudo científico. Mas não é só isso: ele contribui para que um pesquisador se defina, encontre o seu lugar no campo, conheça os seus limites e possibilidades. Uma área também é fundada pela série de seleções de método que abriga, estimula ou veta. Portanto, é possível, em alguma medida, afirmar – diga-me o seu método e eu direi quem és.

A utilização do método comparativo na pesquisa de Políticas de Comunicação deixa entrever algumas pistas sobre suas condições de produção. Comparar é, além de estabelecer semelhanças e diferenças, visualizar erros e acertos. No afã de dar respostas às demandas da sociedade, as pesquisas sobre Políticas de Comunicação pretendem ser pragmáticas, normativas, assertivas, trazer respostas, embasar opções, se transformar em instrumento que norteie tomadas de decisão e esclarecer dúvidas – diante dessas necessidades, a comparação dá segurança ao pesquisador e credibilidade ao estudo.

Não se pode esquecer de que esse pesquisador, em algum momento de seu estudo, sente que não domina algum aspecto do trabalho, já que as Políticas de Comunicação envolvem o conhecimento de muitas disciplinas, como abordado anteriormente. A comparação parece ser uma resposta a essa insegurança atávica.

### **Polêmico ou popular**

O método comparativo é amplamente utilizado nas Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo no Direito, Relações Internacionais e Ciência Política. De fato, pesquisar algumas temáticas dessas áreas só parece ter viabilidade com a utilização de alguma comparação. Já em outras disciplinas, sua utilização é problematizada, sobretudo nas que têm uma tradição voltada para o estudo de caso. A Comunicação é um desses



exemplos. Embora esse método seja usado generosamente em algumas de suas linhas de pesquisa, costuma enfrentar dois fortes desafios para se legitimar: o dilema da viabilidade e o da oportunidade.

O primeiro dilema visa à resposta da seguinte pergunta: é possível comparar produtos, veículos, países, contextos mesmo em face de suas inúmeras diferenças? Na tradição do estudo de caso, as especificidades falam mais alto – de certa forma tão alto que só elas são percebidas e consideradas. Qualquer comparação parte de tantas diferenças que é tentador bater o martelo e deslegitimar, de antemão, esse método.

Sobre a viabilidade da comparação, Sartori (2010) defende que comparamos o tempo todo. Inclusive antes de afirmarmos que duas coisas são impossíveis de serem comparadas porque são muito diferentes, já procedemos a uma comparação. O sucesso desse método depende da precisão das categorias adotadas: nenhuma comparação pode ser tão abrangente que parta do todo, pois assim as diferenças emergem e se tornam irreduzíveis. Podemos comparar determinado aspecto, em determinada circunstância, em determinado lapso de tempo. Esse é um exercício de recortar, delimitar e construir categorias fortes.

Para Sartori(2010), nessa construção de categorias, em especial na comparação de nações, o pesquisador deve ter inúmeros cuidados. Um deles é não se levar por seu paroquianismo, ou seja, não considerar o seu lugar de fala como único, e a sua paróquia como paradigma das demais. Esse também é um alerta de Edgar Morin (1998) ao falar do método em geral, quando explica que cada cultura ostenta seus ídolos da tribo, os quais influenciam fortemente, mas não determinam, marcam, mas não mutilam, a Ciência como processo e produto do seu tempo. Morin não se deixa abater por essa constatação, pois, para ele:

É verdade que todo conhecimento, inclusive o científico, está enraizado, inscrito no e dependente de um contexto cultural, social, histórico. Mas o problema consiste em saber quais são estas inscrições, enraizamentos, dependências, e de perguntar-se se pode aí haver, e em que condições, uma certa autonomização e uma relativa emancipação do conhecimento e da idéia ( MORIN, 1998, p. 14 e 20).

### **Comparar para quê?**

A constatação de que é possível comparar não é suficiente para a aceitação desse método. Há outra dúvida que paira forte entre os seus opositores – a oportunidade da



comparação. É necessário que o pesquisador e a pesquisa deixem entrever os ganhos advindos com essa escolha.

Sartori (2010) defende o método comparativo porque ele permite o controle das hipóteses. Enquanto em um estudo de caso, por exemplo, todas as hipóteses são plausíveis desde que bem construídas e constituídas, na comparação há um controle prévio dessa produção, poupando tempo ao pesquisador, colocando-o, mais rapidamente no “caminho certo”.

Podemos identificar outro ganho que justifica e legitima a comparação: a possibilidade de “iluminação” do objeto. Em métodos que partem da singularidade, é frequente não perceber as características importantes do objeto, pois elas não fazem parte do universo do pesquisador, são “estranhas” a ele. Na comparação, o estranho, o imponderável e o inesperado podem vir à luz com mais facilidade durante a busca por semelhanças e diferenças. Quando a pesquisa exige um mergulho em uma cultura diferente da do pesquisador, a comparação pode ser indispensável para a problematização dessa distância. E até quando a pesquisa se refere a um universo muito próximo, a construção do distanciamento pode ser auxiliada pelo método comparativo, que ajuda a relativizar certezas advindas de um conhecimento prévio.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que comparar é uma atividade inerente a condição humana. Traçar diagnósticos a partir da observação de diferenças e semelhanças é uma atitude corriqueira, o que nos faz crer que a comparação, de um modo ou do outro, está sempre presente (FRANCO, 2000). Nesse sentido, mergulhar num estudo comparativo é, em certa medida, evocar ferramentas utilizadas com frequência, mesmo que de modo inconsciente.

### **Cuidados e limites**

O pesquisador muitas vezes vive em tensão permanente. Defronta-se com dilemas institucionais, como prazos, inserção no grupo, concorrência de seus pares, necessidade de afirmar a própria voz e de zelar pela legitimidade de seu estudo. Tem também dilemas intrínsecos à pesquisa, endógenos a ela, como a escolha de objetos caracterizados pela intensa mobilidade – e a necessidade de fixá-los tempo suficiente para um recorte, ou a seleção de temas ainda pouco abordados, em que a originalidade é arriscada e difícil etc.

Uma das saídas para esse pesquisador pode ser o recurso à descrição exhaustiva. Ele olha para o seu objeto e o descreve exhaustivamente. Parece estar encantado, apaixonado, e,



nesse olhar de amante, isola o seu objeto. Esse processo costuma ser tão longo e cansativo que consome toda a energia da pesquisa. Com o alibi do método comparativo, que exige, sim, muita descrição, abre-se mão da possibilidade analítica, interpretativa. Utilizemos como exemplo uma pesquisa sobre a legislação brasileira de radiodifusão em comparação com a Argentina. O pesquisador utiliza o método comparativo porque precisa de respostas rápidas, exigidas pela sociedade, que apontem caminhos para mudanças legais. Diante dessa urgência, recorre a experiências bem-sucedidas, buscando um caminho, um norte. Escolhe a comparação, também, porque está inseguro sobre alguns aspectos técnicos e jurídicos envolvidos na lei, e imagina que o exemplo de outro país possa ajudá-lo. Ao executar a pesquisa, minúcias tecnológicas dos exemplos brasileiros e argentinos são aventadas com avidez. Mas, no momento da análise, o fôlego do pesquisador acabou. Ele não consegue avançar para uma dimensão interpretativa.

Para evitar que as pesquisas em Políticas de Comunicação superem a mera descrição dos acontecimentos, o autor deve manter uma boa relação com as teorias, que devem acompanhar o estudo desde o seu início. O referencial teórico deve ser construído à medida que a pesquisa caminha, pois permite iluminar alguns “detalhes” surgidos na descrição. Sem esse referencial forte, o risco da superficialidade é maior, pois o estudioso não consegue atingir a instância interpretativa – ele percebe semelhanças e diferenças entre os pólos analisados, mas não pode compreendê-las em profundidade.

Em estudo comparativo é preciso mergulhar, ir além da mera descrição, mas compreender a rede que envolve o objeto. Assim colocado, é preciso lançar mão da perspectiva histórica e ir além do presente, do descritivo e do comparativismo:

(...) há que se distinguir o comparativismo que homogeneiza os fenômenos sociais, transformando-os em quantidades, e o método comparativo que tem a história como base e preserva a especificidade local e temporal dos mesmos fenômenos e visualiza-os nas relações que estabelecem com outros fenômenos, sob a ação de sujeitos individuais e coletivos (FRANCO, 2000, p. 223).

### **Considerações finais**

O presente artigo trouxe uma reflexão sobre os usos do método comparativo nas pesquisas em Comunicação, em especial, das Políticas de Comunicação. Amplamente utilizado nessa área, o método comparativo traz limites e desafios que devem ser considerados pelo pesquisador.



Uma das principais razões pela qual esse método é utilizado é pela aparente possibilidade de se realizar uma pesquisa na qual as hipóteses podem ser melhor controladas. O método comparativo pode aparecer para o pesquisador como um porto seguro, já que pode demandar menos inferências subjetivas e interpretação do que um estudo de caso. Nada obstante, essa possibilidade pode acenar com um descritivismo e um comparativismo vazio, que dispensa uma análise mais trabalhada em nome de uma descrição exaustiva.

Além disso, outro risco possível é reproduzir e legitimar as relações de dependência. A comparação de países e regiões, por exemplo, demanda mais cautela. Nesse sentido, é fundamental a percepção que a comparação não pode levar em consideração somente o momento presente. Ela, certamente, parte dele, mas se alimenta e se desenvolve na perspectiva histórica.

Finalmente, concluímos esse trabalho apontando que a perspectiva histórica é uma das condições necessárias de passagem entre o plano meramente descritivo para o interpretativo.





## Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. Os **usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CAPARELLI, S. Das políticas de comunicação à comunicação política (e vice versa). Disponível em: [www.robertexto.com](http://www.robertexto.com). Acessado em 20/12/2010.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 72, Aug. 2000 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302000000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: julho de 2011.

MORIN, Edgar. **O Método** - 4 As idéias: habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 1998.

SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

SOUSA, Janara ; GERALDES, E. . “Muito além do discurso: por uma metodologia de análise dos portais da Internet”. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo : Intercom, 2009.